

5 não tve

RUBEM BRAGA

O Plano do Amigo da Onça

SE há um lugar no Brasil em que o doente pobre tem chance de ser atendido, é o Rio. O serviço de saúde pode não ser perfeito, muitas vezes o doente tem de fazer fila, esperar a vez, acontece faltar isto e aquilo — mas de um modo geral, para a grande massa, a Secretaria de Saúde funciona — tanto a assistência curativa da SUSEME, com sua enorme rede de hospitais, como a Superintendência de Saúde Pública, com seus centros médico-sanitários e muitos outros serviços. E' certo que isto é caro ao Estado: cêrca de 146 milhões de cruzeiros novos por ano. E' certo que seria estimável que uma parte dos serviços prestados pudesse ser paga pelas pessoas que têm recursos, se houver um jeito prático de fazer isso. De qualquer maneira o Estado gasta, nesse complexo serviço, o dinheiro dos impostos que todos nós pagamos. E faz até mais, porque doentes de outros Estados vêm com freqüência ser tratados no Rio.

Ora, os cariocas estão ameaçados de perder êsses benefícios, ameaçados pelo... Plano Nacional de Saúde. Tenho em mão, cópia do discurso do Dr. Walder Studart, presidente da Sociedade dos Médicos Servidores do Estado da Guanabara, com uma crítica objetiva ao Plano que nos ameaça e certamente também às populações de outros Estados. Vou citar:

«... tôdas as unidades de assistência existentes na Administração Pública, isto é, os hospitais da Secretaria da Saúde e os do IASEG passarão para grupos privados mediante arrendamento calculado em função de seu valor histórico, portanto, pelo preço de sua aquisição inicial.

Material permanente e equipamento, tais como aparelhos de Raios X, Bombas de cobalto, instrumental cirúrgico, serviço de esterilização, arquivos, móveis, lavanderia, câmaras frigoríficas, tudo será entregue pelo valor correspondente à depreciação anual. Nem o material de consumo acaso existente na hora do negócio é esquecido: se interessar ao arrendatário, também é vendido em módicas prestações mensais.

Não para aí, entretanto, a generosidade oficial: médicos, dentistas, farmacêuticos, nutricionistas, enfermeiros, pessoal auxiliar, vinculados atualmente ao Serviço Público, e então postos à disposição dos felizes arrendatários, todos continuarão a ser pagos religiosamente pelos cofres governamentais. Mas, poderá ocorrer que um ou outro destes funcionários não agrade ao arrendatário. Não há problema; será sumariamente devolvido à Administração Pública, sem ônus trabalhista de qualquer espécie. Verdadeiro negócio de pai para filho, esplêndida privatização dos lucros e socialização dos prejuízos.

E o povo, em benefício do qual se devem fazer as leis, como é encarado pelos arquitetos do Plano? Unicamente como fonte de captação de recursos, pois que 46% das despesas do Sistema deverão ser custeados pelos usuários. Estes são classificados em quatro grupos, que vão da classe A, compreendendo os indigentes e pessoas de nível menos favorecido, que pagarão até 10% dos serviços prestados, à classe D, de maior nível de renda, que pagará 150% dos benefícios recebidos. Sendo a população da Guanabara de poder aquisitivo relativamente alto, passará a pagar aos grupos privados, num valor em torno de 100%, tôda a assistência médica que ora recebe gratuitamente».

Como se vê, o Plano é êste: enriquecer alguns cavalheiros, impopularizar o Governo e castigar o povo. Isso será mesmo um Plano Nacional de Saúde, ou um Plano de Insanidade Nacional?

DM 6 nov 68